

= P R O J E C T O =

/ E S T A T U T O /

DA

CONFERÊNCIA DOS MINISTROS

RESPONSÁVEIS PELO DESPORTO

DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

PROPOSTA ELABORADA PELA GUINÉ-BISSAU - ABRIL/92

= E S T A T U T O S =

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

DENOMINAÇÃO

Artº 1º - 1. Conforme o acordo de Cooperação Multilateral no domínio do Desporto, assinado em Lisboa, a 20.01.90, é criada uma organização denominada " CONFERÊNCIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA ", compreendendo os seguintes países que aderem ao presente estatuto:

- República Popular de Angola;
- República Federativa do Brasil;
- República de Cabo-Verde;
- República da Guiné-Bissau;
- República Popular de Moçambique;
- República Portuguesa;
- República de S.Tomé e Príncipe.

- * As Federações e instâncias desportivas internacionais;
 - * De organizar as competições desportivas;
 - * De promover encontros de jovens;
 - * De contactar quando fôr preciso as organizações nacionais e internacionais susceptíveis de trazer alguma contribuição financeira, material ou técnica ao desenvolvimento das actividades física e desportivas.
- f) - De colaborar com organismos e institutos nacionais ou internacionais especializados no domínio da Medicina e da Imprensa Desportiva.

LÍNGUA DE TRABALHO

Artº 5º - A Língua de Trabalho é o português.

EMBLEMA

Artº 6º - O Emblema da Conferência é o seguinte:

Artº 11º - A Reunião dos Ministros define a sua orientação, examina por aprovação os documentos elaborados pela Comissão dos Peritos, nomeadamente o relatório de actividades, o balanço do exercício findo e a previsão do orçamento do exercício seguinte.

Ela aprova o programa de actividades, os regulamentos e documentos normativos relativos às competições e actividades a promover pela Conferência, bem como qualquer outro documento proposto pela Comissão dos Peritos.

Artº 12º - A Reunião dos Ministros é dirigida conforme as disposições previstas no regulamento interno da Conferência.

Artº 13º - A Reunião dos Ministros se realiza, sómente com a maioria dos países membros representados.

Em caso de voto, cada país membro tem o direito a um só voto.

O voto por procuração, não é autorizado.

Artº 14º - A Reunião dos Ministros confia a um país membro a Presidência da Conferência por ordem alfabética dos Estados, por uma duração de dois anos.

Artº 15º - Dois Vice-Presidentes são designados, segundo o seguinte procedimento:

- a) - O 1º Vice-Presidente, é o Ministro que albergará a próxima Reunião da Conferência;
- b) - O 2º Vice-Presidente é o Ministro que albergou a última Reunião da Conferência.

Artº 19º - Os Vice-Presidentes substituem o Presidente no exercício das suas funções e asseguram as funções do Presidente em caso de impedimento.

O SECRETARIADO EXECUTIVO

Artº 20º - 1. O Secretariado Executivo é designado pela Conferência, sob proposta do país sede.

2. O Secretariado Executivo assegura sob o controle do seu Presidente, a Presidência da Conferência.
3. Ele é encarregado da redação, da difusão e da conservação das actas das reuniões da Conferência, bem como todos os outros documentos relacionados com as missões desta.
4. O Secretariado Executivo representa a Conferência no quadro das directrizes recebidas do seu Presidente.
5. Ele informa regularmente ao Presidente e aos países membros da Conferência, a excussão das missões que lhe foram confiadas e duma maneira geral, das actividades da Conferência.
6. Ele examina e propõe a aprovação da Reunião dos Ministros, os regulamentos e os programas das manifestações desportivas e sócio-educativas, organizadas pela Conferência.

Ele assegura a legitimidade das actividades da Conferência, de conformidade com as normas e regras elaboradas pelo organismos internacionais competentes.

Artº 22º - O Secretariado pode ser assistido de pessoal de apoio posto à disposição pelo país sede.

Artº 23º - O Secretário, o Tesoureiro e os Chefes de Departamentos devem ser Quadros Superiores de competência reconhecida e com experiência suficiente no respectivo sector de intervenção.

Artº 24º - O Secretariado é o aparelho administrativo da Conferência, encarregue de executar as tarefas inerentes às actividades e ao funcionamento da Conferência.

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DO PESSOAL DO SECRETARIADO

Artº 25º - As condições de recrutamento dos Agentes do Secretariado, são fixadas pelas disposições definidas pelo país sede.

Eles podem gozar das vantagens provenientes da Conferência.

A COMISSÃO DOS PERITOS

Artº 26º - 1. A Comissão dos Peritos compreende:

- * O Secretário;
- * O Tesoureiro;
- * O Chefe dos Departamentos;
- * Os Delegados dos países membros à razão de dois no máximo por país;
- * Os Presidentes das Uniões Federativas, com voz consultativa.

- b) - Organizar os Estágios de Formação de Quadros, as sessões de aperfeiçoamento;
- c) - De assegurar a organização técnica das provas eliminatórias ou finais das competições da Conferência;
- d) - De organizar manifestações para angariação de fundos para a Conferência;
- e) - De ter em sua posse os ficheiros das competições da Conferência;
- f) - De favorecer as manifestações e encontros de jovens.

Artº 30º - As Uniões Federativas são compostas pelos Delegados das Federações Desportivas Nacionais oficialmente filiadas nas respectivas confederações desportivas continentais.

As outras Uniões (actividades sócio-educativas, imprensa desportiva, medicina desportiva, etc.). São constituídas pelos delegados dos países membros.

Artº 31º - Para assegurar a continuidade das suas actividades, as Uniões são dotadas de órgãos administrativos cuja a composição é fixada pelos seus estatutos.

Artº 32º - Os regulamentos das competições desportivas e das actividades sócio-educativas devem ser submetidas à aprovação da Reunião dos Ministros.

CONTROLE - VERIFICAÇÃO - SANÇÕES

Artº 37º - Uma Sub-Comissão de Peritos redige à intenção da Reunião de Peritos um relatório de controle certificando a precisão ou a imprecisão das operações e assinala e eventualmente as irregularidades constatadas no decurso da verificação.

Artº 38º - O país membro que não liquidar as suas cotizações durante dois anos consecutivos será objecto de uma sanção posta pela Reunião de Ministros.

Artº 39º - 1. Os países vítimas das medidas de suspensão por algum organismo internacional (mundial, continental, ou zonal) não poderão tomar parte nas actividades organizadas pela Conferência;

2. O país suspenso retomará os seus direitos quando fôr levantada essa sanção.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES PARTICULARES

Artº 40º - Os documentos preparatórios da Reunião de Ministros são comunicados aos países membros pelo Secretariado o mais tardar um mês antes da Reunião Ministerial.

Artº 41º - A Reunião de Ministros é a única habilitada a modificar os estatutos e outros textos fundamentais da Conferência.

Artº 42º - As propostas escritas de modificação dos estatutos e outros textos devem chegar ao Secretariado da Conferência, dois meses antes da Reunião de Ministros.

